



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## **Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**

### **Procuradoria-Geral**

---

**PROJETO DE LEI Nº049 de 26 de maio de 2025**

**ALTERA A REDAÇÃO DO INCISO II DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 83 DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1, DE 5 DE DEZEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**DARCI RENATO FEITEN**, Prefeito Municipal de Arroio dos Ratos - RS, no uso de suas atribuições legais;

**FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte **LEI**:

**Art. 1º.-** A redação do inciso II do parágrafo único do art. 83 da Lei Complementar Municipal nº 1, de 5 de dezembro de 2019, passa a ter a seguinte redação:

II - Pelo protesto judicial ou extrajudicial;

**Art.2º.-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL**, Arroio dos Ratos - RS, 26 de maio de 2025

**Darci Renato Feiten**  
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Em,

**Mário Luiz de Lima**

Secretário Municipal de Administração



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## **Prefeitura Municipal de Arroio dos Ratos**

### **Procuradoria-Geral**

---

**MENSAGEM DE JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 049, DE 26 DE MAIO DE 2025.**

**EXCELENTÍSSIMA MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ARROIO DOS RATOS,  
EXCELENTÍSSIMO(a) PRESIDENTE,**

**EXCELENTÍSSIMOS SENHORES VEREADORES**

Submetemos à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei, altera a redação do inciso II ao Parágrafo Único do art. 83 da Lei Complementar nº001.2019.

Em muitas passagens, a Lei Complementar Municipal nº 1, de 5 de dezembro de 2019 (Código Tributário Municipal) repete o conteúdo de legislação federal.

Por meio da Lei Complementar Federal nº 208, de 2 de julho de 2024, foi alterado o inciso II do parágrafo único do art. 174 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), a fim de incluir o protesto extrajudicial como forma de interrupção da prescrição.

Mostra-se necessário, portanto, adequar parte da legislação municipal à legislação federal, em observância ao princípio da segurança jurídica.

Assim, Nobres Edis, este é o projeto que ora levamos a apreciação desta colenda Casa para que seja apreciado e aprovado, nos termos regimentais.

Pedimos vênias para que seja aprovado em Regime de urgência.

Atenciosamente,

**Darci Renato Feiten**  
**Prefeito Municipal**